EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 16619/2026

O MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, LEI Nº 11.488/2007, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 21/09/2026	**Horário:** 09:00h
Local: Bolsa Nacional de Compras – https://bnc.org.br/	
Modo de disputa: aberto e fechado.	
Valor total da contratação: R$ 34.812,58	**Critério de julgamento:** Menor preço por Item.
Objeto: Aquisição de materiais de ornamentação, iluminação e comandos elétricos, destinados à manutenção e modernização da fonte luminosa da Praça Gaudêncio Rincón Segovia (Praça Central) – Pires do Rio – GO, conforme especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas.	
Preferência ME / EPP / Equiparadas: SIM.	**Impugnações e Esclarecimentos até:** às 23:59:59 horas do dia 15/09/2026.
Informações **E-mail:licitacao@piresdorio.go.gov.br** **Endereço:** Praça Francisco Felipe Machado, nº 37 - Centro, Pires do Rio - GO, 75200-000. **Telefone:** (64) 98440-0077	**Pregoeiro/Comissão de licitação:** Aline Camily de Godoy Branquinho **Equipe de apoio:** Daiana Campos da Silva

	Marcus Vinicius Bernardes Nascimento Josiane de Andrade Marcelino

1. DO OBJETO.

1.1. Aquisição de materiais de ornamentação, iluminação e comandos elétricos, destinados à manutenção e modernização da fonte luminosa da Praça Gaudêncio Rincón Segovia (Praça Central) – Pires do Rio – GO, conforme especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidasconforme tabela constante no Termo de Referência (anexo I).

1.2. A licitação será dividida em **ITENS,** conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O **critério de julgamento** adotado será **MENOR PREÇO POR ITEM** considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Dotação:

15.452.2011.2466.3.3.90.30.00 – Ficha:146 – Fonte:100

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **Bolsa Nacional de Compras - BNC** que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no site Bolsa Nacional de Compras - BNC, no sítio https://bnc.org.br/;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor

do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **Bolsa Nacional de Compras - BNC** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A ME/EPP/EQUIPARADAS

4.1. Os itens 01 ao 13 são exclusivos a ME e EPP (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com o credenciamento regular na Bolsa Nacional de Compras**.**

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.6. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.7. Que estejam sob falência, concurso de credores, recuperação judicial/extrajudicial ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.7.1. Será permitida a participação de empresa em Recuperação Judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a empresa interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021. (Acordão 8271/2011 – TCU – Segunda Câmara; Acordão 1201/2020 – TCU – Plenário").

5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.9. Agente público do município.

5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do município, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica que encontre impossibilitada de participar em decorrência de sanção imposta, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

5.12. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à seguinte declaração:

5.13. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

6.7. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.8. O envio da proposta acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

6.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

6.12. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

7.7. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.7.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

7.7.2. Marca de cada item ofertado, se houver

7.7.2.1. Caso item não possua marca, deverá a licitante preencher o espaço com os seguintes caracteres (**XXXX**), de forma a não identificar a proposta, bem como para liberar o preenchimento dos demais campos;

7.7.3. Fabricante de cada item ofertado, se houver;

7.7.3.1. Caso item não possua fabricante, deverá a licitante preencher o espaço com os seguintes caracteres (**XXXX**), de forma a não identificar a proposta, bem como para liberar o preenchimento dos demais campos;

7.7.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.7.5. No caso de Sistema de Registro de Preços, em atenção ao artigo 15 do Decreto federal nº 11.462/2023, o licitante deverá cotar a quantidade máxima de bens indicada, não sendo possível ofertar quantitativo inferior ao máximo previsto em edital.

7.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

7.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

7.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.7. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.8. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará a que identifique o licitante ou contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.9. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.10. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.11. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.12. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.13. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.13.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

8.14. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.15. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.16. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.17. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo).**

8.18. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.18.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.18.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por

cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.18.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.18.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.18.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.19. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

8.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no https://bnc.org.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. A nova sessão acontecerá apenas após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.30. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.31. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.32. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.32.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.32.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.32.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.32.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.33. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.33.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.33.2. empresas brasileiras;

8.33.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.33.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.34. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.34.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.34.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

9.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.2.1. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO.

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento

das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

10.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

10.5. Lista de impedidos de contratar ou licitar mantida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO https://www.tcmgo.tc.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/

10.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.5.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **Bolsa Nacional de Compras - BNC,** em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

10.6.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Bolsa Nacional de Compras - BNC**,** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar a respectiva documentação atualizada no prazo mínimo de duas horas, assim que solicitada via chat.

10.6.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.7. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

10.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 horas sob pena de inabilitação

10.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.12. Esses documentos presumem-se verdadeiros, respondendo as licitantes por qualquer envio de documento ou arquivo que não represente a realidade da empresa ou situação

10.13. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.14. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.14.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.14.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.14.3. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.14.4. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.14.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.14.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.14.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.15. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.15.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.15.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.15.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.15.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.15.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.15.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.16.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.16.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.16.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto registrado, dentro outros documentos.

10.17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.17.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.17.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.17.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.17.4. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.17.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.17.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.17.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.17.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

10.17.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.17.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.18. DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.18.1. Declaração de Porte de Empresa, conforme modelo de declaração no anexo III.

10.18.2. Declaração Unificada, conforme modelo de declaração no anexo IV.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS.

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá

o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC,** sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

14.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 3 dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

16.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO.

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

21.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

21.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013

21.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por escrito;

21.2.2. Multa;

21.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** deverão ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema do **BNC – Bolsa Nacional de Compras,** conforme o seguinte site https://bnc.org.br/**.**

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldar ao art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio https://bnc.org.br/, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas o Pregoeiro ou a comissão de licitação, quando o substituir, e no julgamento dos documentos a comissão de licitação, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. O Município de Pires do Rio, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: https://bnc.org.br/, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço https://piresdorio.go.gov.br/.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;

Pires do Rio/GO, 03 de setembro de 2026.

ALINE CAMILY DE GODOY BRANQUINHO:05171109117

Assinado de forma digital por ALINE CAMILY DE GODOY BRANQUINHO:05171109117
Dados: 2026.09.04 08:08:37 -03'00'

ALINE CAMILY DE GODOY BRANQUINHO
Agente de Contratação/Pregoeira
Decreto n° 10.170/2026

ANEXO I

Processo n° 16619/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. . O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de ornamentação, iluminação e comandos elétricos, destinados à manutenção e modernização da fonte luminosa da Praça Gaudêncio Rincón Segovia (Praça Central) – Pires do Rio – GO, conforme especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas.

Item	Descrição dos Itens	Und.	Quant.	PREÇO UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	QUADRO ELÉTRICO DE COMANDO 600x400x200, tipo sobrepor, em chapa de aço carbono, estrutura em chapa #24, placa e porta em chapa #22, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó, caixa na cor bege RAL 7032, placa de montagem removível na cor laranja RAL 2003, dimensões externas: 600 mm de largura x 400 mm de altura x 200 mm de profundidade, grau de proteção IP54, com ponto de aterramento na caixa e porta, dobradiças invioláveis com pino plástico 3/16, perfil autoadesivo em EVA para vedação 15x10, fecho lingueta em plástico com miolo fenda, sem flange, conforme normas ABNT NBR IEC 61439-1 e ABNT NBR 5410. Marcas de referência: Mega Eletrometalúrgica, WEG, Siemens, Schneider Electric ou equivalente.	UN	1	R$ 426,97	R$ 426,97
2	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, tipo termomagnético ou eletrônico, com proteção contra sobrecarga e curto-circuito, corrente de ajuste contínua na faixa de 4 A a 6 A, tensão nominal de isolamento 690V, tensão de trabalho	UN	4	R$ 245,26	R$ 981,04

	380/440V CA, poder de interrupção mínimo de 10kA (IEC 60947-2), classe de disparo 10A (proteção de motores com partida normal), dotado de botão de reset manual e indicação visual de ligado/desligado, com bornes de conexão para cabos até 6 mm², fixação em trilho DIN 35mm, atendendo às normas ABNT NBR IEC 60947-1 e ABNT NBR IEC 60947-4-1. Marcas de referência: WEG , Siemens, Schneider Electric, ABB, ou equivalente.				
3	CONTATOR ELETROMAGNÉTICO TRIPOLAR, com 3 contatos principais NA (normalmente abertos), corrente nominal de emprego (AC-3) de 12A em 380/440V, bobina de comando com tensão nominal 220V CA (frequência 50/60Hz), potência de selagem máxima 8VA, contato auxiliar integrado 1NA (10), grau de proteção IP20, temperatura de operação de -5°C a +60°C, com supressor de surto integrado (varistor ou RC), bornes de conexão para cabos até 6 mm², fixação em trilho DIN 35mm, conforme normas ABNT NBR IEC 60947-4-1 e IEC 60947-5-1. Marcas de referência: WEG, Siemens, Schneider Electric, ABB, ou equivalente.	UND	4	R$ 303,47	R$ 1.213,89
4	RELÉ TÉRMICO DE SOBRECARGA, tipo bimetálico tripolar, com compensação de temperatura ambiente, corrente de ajuste contínua na faixa de 4 A a 6 A, classe de disparo 10A (proteção de motores em regime normal), contatos auxiliares 1NA e 1NF (95-96 e 97-98), tensão nominal de isolamento 690V, grau de proteção IP20, com botão de teste e reset manual/automático selecionável, para montagem associada diretamente ao contator da mesma linha, fixação em trilho DIN 35mm, conforme ABNT NBR IEC 60947-4-	UN	4	R$ 270,52	R$ 1.082,09

	1. Marcas de referência: SIBRATEC, WEG, Telemecanique, Schneider Electric, ou equivalente.**OBS.: RELE TERMICO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM O CONTATOR TERMO MAGNETICO.				
5	RELÉ ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO CONTRA FALTA DE FASE, microcontrolado, com detecção de perda de fase (substituição de neutro ou fase), desbalanço de tensão e inversão de sequência de fases, tensão nominal de alimentação 380V CA (trifásico + neutro), faixa de operação de -15% a +10% da tensão nominal, tempo de disparo ajustável (2 a 10 segundos), contato de saída NA/NF com capacidade de 5A/250VAC, indicação visual com LEDs de status (alimentação, normal, falha), montagem em trilho DIN 35mm, conforme ABNT NBR IEC 60947-5- 1. Marcas de referência: LUKMA (LKFF com neutro), DIGI, EMA, WEG, ou equivalente.	UND	4	R$ 283,23	R$ 1.132,91
6	CHAVE SELETORA MANOPLA DE 2 POSIÇÕES, corpo em material isolante autoextinguível grau V0, alça tipo estrela ou alavanca em poliamida reforçada, contato de 1 pólo NA, tensão nominal de isolamento 690V, corrente de emprego 10A (AC-15), grau de proteção IP65 no painel frontal, fixação por anel rosqueado em furo de diâmetro 22,5mm, com arruela de vedação e contraporca, contato prateado, conforme ABNT NBR IEC 60947-5- 1. Marcas de referência: WEG, Siemens, Schneider Electric, ABB, ou equivalente.	UN	5	R$ 25,09	R$ 125,47

7	TRILHO DIN PERFURADO, tipo DIN EN 50022 (TS35), em aço galvanizado a fogo ou zincado, com acabamento passivado, comprimento 1.000 mm (1 metro), largura nominal 35mm, altura nominal 7,5mm, furação oval alongada para fixação com parafusos, espessura mínima de 1,0mm, para montagem de componentes modulares em painéis elétricos, conforme norma ABNT NBR IEC 60715. Marcas de referência: SIBRATEC, STABILIT, PAM, WEG, ou equivalente.	UND	3	R$ 27,77	R$ 83,32
8	BICO MULTIJATO FIXO, fabricado em aço inoxidável AISI 304, com alta resistência à corrosão, ideal para uso contínuo em ambientes externos e submersos, aplicável em fontes ornamentais, chafarizes, lagos decorativos, espelhos d'água, praças, condomínios e projetos paisagísticos em geral, com conexão por rosca externa de 1.1/2" (BSP), dotado de 17 (dezessete) saídas de jatos fixos com diâmetro de 6 mm (seis milímetros) cada, capazes de formar um leque de água amplo e uniforme com cobertura aproximada de 2,5 metros de diâmetro, proporcionando efeito visual imponente e altamente decorativo, com pressão de trabalho suportada entre 40 e 140 kPa (quilopascais), vazão de operação entre 12 e 24 m³/h (metros cúbicos por hora), alcançando altura de jato de 1,5 a 6 metros, dependendo da vazão, pressão e motobomba utilizada (recomendação mínima de 2 a 3 CV para 01 bico), com instalação simplificada por rosqueamento direto em tubulação compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sol e Água, FTB, Hidrofer, ou equivalente.	UN	1	R$1.174,45	R$ 1.174,45

9	BICO MULTIJATOS ARTICULADO COM REGULADOR DE VAZÃO INTEGRADO, fabricado em liga de latão e bronze de alta durabilidade, com acabamento metálico sofisticado, apresentando elevada resistência à corrosão, às intempéries e ao uso contínuo em ambientes externos e submersos, aplicável em fontes ornamentais, chafarizes, lagos decorativos, espelhos d'água, praças, condomínios e projetos paisagísticos em geral, com conexão por rosca externa de 1.1/2" (BSP), dotado de 19 (dezenove) saídas individuais com diâmetro de 4 mm (quatro milímetros) cada, com possibilidade de direcionamento angular independente de cada jato, permitindo a criação de efeitos dinâmicos, simétricos e personalizados, acompanhado de sistema de regulagem contínua de vazão para ajuste fino da altura do jato conforme a pressão disponível, com pressão de trabalho recomendada entre 25 e 80 kPa (quilopascais), vazão de operação na faixa de 5 a 13 m³/h (metros cúbicos por hora), alcançando altura de jato de 1 a 6 metros, dependendo da vazão, pressão e motobomba utilizada (recomendação de motobomba mínima de 1/3 CV para 01 bico - altura aproximada de 3 metros, conforme tabela técnica do fabricante), com instalação simplificada por rosqueamento direto em tubulação compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sol e Água, FTB, Hidrofer, ou equivalente.	UND	1	R$ 1.359,73	R$ 1.359,73

10	BICO GEISER PARA FONTES ORNAMENTAIS, em aço inoxidável AISI 304, com conexão roscável BSP 1.1/2" (38 mm), dotado de orifícios inferiores para entrada de ar, produzindo efeito visual tipo "champagne" ou efervescente, devendo ser instalado com os furos de entrada de ar submersos para garantir a uniformidade do efeito, quanto mais baixo em relação ao nível da água, mais uniforme o efeito, aplicável em fontes decorativas, chafarizes, lagos ornamentais e projetos paisagísticos, com garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: FTB, Hidrofer, ou equivalente.	UND	10	R$ 389,20	R$ 3.892,00
11	REFLETOR ARTICULADO 9W, corpo em aço inoxidável AISI 316L (alta resistência à corrosão, indicado para ambientes com cloro, salinidade e maresia), diâmetro aproximado de 72 mm, potência nominal de 9W, fluxo luminoso mínimo de 900 lúmens, tecnologia LED com emissão de luz colorida RGB (vermelho, verde e azul) com possibilidade de variação de cores, base articulada para ajuste de inclinação e foco, com grau de proteçãov IP68 (submersível contínuo), indicado para iluminação ornamental de fontes, chafarizes, lagos, espelhos d'água e áreas externas, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool, Luxlite, ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E**	UN	15	R$ 527,48	R$ 7.912,13

	GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.				
12	REFLETOR 12W PARA PISCINA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 316L, corpo em aço inoxidável de alta resistência à corrosão, indicado para ambientes com cloro, salinidade e maresia, diâmetro de 150 mm, com tecnologia LED de 12W e 4 LEDs com emissão de luz colorida RGB (vermelho, verde e azul), com possibilidade de variação de cores, fluxo luminoso mínimo de 1200 lúmens, indicado para iluminação ornamental submersa em piscinas, fontes, lagos, espelhos d'água e áreas molhadas, com grau de proteção IP68 (submersível contínuo), vedação em borracha ou silicone para estanqueidade, com todos os acessórios de fixação, cabo elétrico com comprimento mínimo de 2 metros para conexão, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool, ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**	UN	20	R$ 574,63	R$ 11.492,67
13	CAIXA DE COMANDO RGB TOUCH, para controle de refletores LED RGB em piscinas e fontes ornamentais, com fonte de alimentação interna e controle remoto touch incluso, potência nominal de 30A, tensão de alimentação 220VAC (fixa), tensão de saída para refletores de 12VDC (corrente contínua), consumo em stand-by de	UM	3	R$ 1.311,98	R$ 3.935,93

	0,1W, com controle remoto touch sem fio (pilhas AAA inclusas), dotado das seguintes funções: liga/desliga (ON-OFF), seleção de 20 programas estáticos e dinâmicos, ajuste de intensidade de brilho, ajuste de velocidade de execução, com programas que incluem: branco estático, branco pulsante, mudança gradual de 7 cores, mudança gradual das cores RGB, salto entre 7 cores, salto entre cores RGB, salto entre vermelho e verde, salto entre vermelho e azul, salto entre verde e azul, branco em flash, branco em estrobo, vermelho em flash, vermelho em estrobo, verde em flash, verde em estrobo, azul em flash, azul em estrobo, amarelo em flash, amarelo em estrobo e todos os programas em loop automático, com sistema de sincronização entre controle e caixa por meio de procedimento de reset, compatível com refletores LED de 12VDC, com gabinete para montagem em quadro elétrico, garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**				
TOTAL					**R$ 34.812,58**

1.2. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado.

1.3. Os descritivos dos itens foram elaborados com base em especificações técnicas usuais de mercado, observando padrões de qualidade, dimensões e características necessárias ao atendimento da demanda das Secretarias Municipal de Gestão e Planejamento, conforme planilha orçamentária em anexo.

1.4. Com base no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, que determina a aplicação dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e considerando que os itens 01 a 13 (materiais de ornamentação, iluminação e comandos elétricos) possuem valor estimado individual inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração opta por realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para tais itens, nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006. Tal medida visa promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica, conforme preconiza o art. 47 da referida lei complementar, sem prejuízo da ampla competitividade, desde que haja pluralidade de fornecedores enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 49, inciso II, da LC nº 123/2006.

1.5. O custo estimado total da contratação é de **R$ 34.812,58 (Trinta e quatro mil, oitocentos e doze e oitenta e oito centavos)**, conforme valores unitários constantes no Relatório de Estimativa de despesas e Mapa de Apuração do custo.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ITENS ESPERADOS

Item	Especificação Técnica Completa	Itens Esperados

1	QUADRO ELÉTRICO DE COMANDO 600x400x200, tipo sobrepor, em chapa de aço carbono, estrutura em chapa #24, placa e porta em chapa #22, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó, caixa na cor bege RAL 7032, placa de montagem removível na cor laranja RAL 2003, dimensões externas: 600 mm de largura x 400 mm de altura x 200 mm de profundidade, grau de proteção IP54, com ponto de aterramento na caixa e porta, dobradiças invioláveis com pino plástico 3/16, perfil autoadesivo em EVA para vedação 15x10, fecho lingueta em plástico com miolo fenda, sem flange, conforme normas ABNT NBR IEC 61439-1 e ABNT NBR 5410. Marcas de referência: Mega Eletrometalúrgica, WEG, Siemens, Schneider Electric ou equivalente.	
2	DISJUNTOR MOTOR TRIPOLAR, tipo termomagnético ou eletrônico, com proteção contra sobrecarga e curto-circuito, corrente de ajuste contínua na faixa de 4 A a 6 A, tensão nominal de isolamento 690V, tensão de trabalho 380/440V CA, poder de interrupção mínimo de 10kA (IEC 60947-2), classe de disparo 10A (proteção de motores com partida normal), dotado de botão de reset manual e indicação visual de ligado/desligado, com bornes de conexão para cabos até 6 mm², fixação em trilho DIN 35mm, atendendo às normas ABNT NBR IEC 60947-1 e ABNT NBR IEC 60947-4-1. Marcas de referência: WEG , Siemens, Schneider Electric, ABB, ou equivalente.	

3	CONTATOR ELETROMAGNÉTICO TRIPOLAR, com 3 contatos principais NA (normalmente abertos), corrente nominal de emprego (AC-3) de 12A em 380/440V, bobina de comando com tensão nominal 220V CA (frequência 50/60Hz), potência de selagem máxima 8VA, contato auxiliar integrado 1NA (10), grau de proteção IP20, temperatura de operação de -5°C a +60°C, com supressor de surto integrado (varistor ou RC), bornes de conexão para cabos até 6 mm², fixação em trilho DIN 35mm, conforme normas ABNT NBR IEC 60947-4-1 e IEC 60947-5-1. Marcas de referência: WEG, Siemens, Schneider Electric, ABB, ou equivalente.	
4	RELÉ TÉRMICO DE SOBRECARGA, tipo bimetálico tripolar, com compensação de temperatura ambiente, corrente de ajuste contínua na faixa de 4 A a 6 A, classe de disparo 10A (proteção de motores em regime normal), contatos auxiliares 1NA e 1NF (95-96 e 97-98), tensão nominal de isolamento 690V, grau de proteção IP20, com botão de teste e reset manual/automático selecionável, para montagem associada diretamente ao contator da mesma linha, fixação em trilho DIN 35mm, conforme ABNT NBR IEC 60947-4-1. Marcas de referência: SIBRATEC, WEG, Telemecanique, Schneider Electric, ou equivalente. ****OBS.: RELE TERMICO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM O CONTATOR TERMO MAGNETICO.**	
5	RELÉ ELETRÔNICO DE PROTEÇÃO CONTRA FALTA DE FASE, microcontrolado, com detecção de perda de fase (substituição de neutro ou fase), desbalanço de tensão e inversão de sequência de fases, tensão nominal de alimentação 380V CA (trifásico + neutro), faixa de operação de -15% a +10% da tensão nominal, tempo de disparo ajustável (2 a 10 segundos), contato de saída NA/NF com capacidade de 5A/250VAC, indicação	

	visual com LEDs de status (alimentação, normal, falha), montagem em trilho DIN 35mm, conforme ABNT NBR IEC 60947-5-1. Marcas de referência: LUKMA (LKFF com neutro), DIGI, EMA, WEG, ou equivalente.	
6	CHAVE SELETORA MANOPLA DE 2 POSIÇÕES, corpo em material isolante autoextinguível grau V0, alça tipo estrela ou alavanca em poliamida reforçada, contato de 1 pólo NA, tensão nominal de isolamento 690V, corrente de emprego 10A (AC-15), grau de proteção IP65 no painel frontal, fixação por anel rosqueado em furo de diâmetro 22,5mm, com arruela de vedação e contraporca, contato prateado, conforme ABNT NBR IEC 60947-5-1. Marcas de referência: WEG, Siemens, Schneider Electric, ABB, ou equivalente.	
7	TRILHO DIN PERFURADO, tipo DIN EN 50022 (TS35), em aço galvanizado a fogo ou zincado, com acabamento passivado, comprimento 1.000 mm (1 metro), largura nominal 35mm, altura nominal 7,5mm, furação oval alongada para fixação com parafusos, espessura mínima de 1,0mm, para montagem de componentes modulares em painéis elétricos, conforme norma ABNT NBR IEC 60715. Marcas de referência: SIBRATEC, STABILIT, PAM, WEG, ou equivalente.	

8	Bico multijato fixo, fabricado em aço inoxidável AISI 304, com alta resistência à corrosão, ideal para uso contínuo em ambientes externos e submersos, aplicável em fontes ornamentais, chafarizes, lagos decorativos, espelhos d'água, praças, condomínios e projetos paisagísticos em geral, com conexão por rosca externa de 1.1/2" (BSP), dotado de 17 (dezessete) saídas de jatos fixos com diâmetro de 6 mm (seis milímetros) cada, capazes de formar um leque de água amplo e uniforme com cobertura aproximada de 2,5 metros de diâmetro, proporcionando efeito visual imponente e altamente decorativo, com pressão de trabalho suportada entre 40 e 140 kPa (quilopascais), vazão de operação entre 12 e 24 m³/h (metros cúbicos por hora), alcançando altura de jato de 1,5 a 6 metros, dependendo da vazão, pressão e motobomba utilizada (recomendação mínima de 2 a 3 CV para 01 bico), com instalação simplificada por rosqueamento direto em tubulação compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sol e Água, FTB, Hidrofer, ou equivalente.	 

9	BICO MULTIJATOS ARTICULADO COM REGULADOR DE VAZÃO INTEGRADO, fabricado em liga de latão e bronze de alta durabilidade, com acabamento metálico sofisticado, apresentando elevada resistência à corrosão, às intempéries e ao uso contínuo em ambientes externos e submersos, aplicável em fontes ornamentais, chafarizes, lagos decorativos, espelhos d'água, praças, condomínios e projetos paisagísticos em geral, com conexão por rosca externa de 1.1/2" (BSP), dotado de 19 (dezenove) saídas individuais com diâmetro de 4 mm (quatro milímetros) cada, com possibilidade de direcionamento angular independente de cada jato, permitindo a criação de efeitos dinâmicos, simétricos e personalizados, acompanhado de sistema de regulagem contínua de vazão para ajuste fino da altura do jato conforme a pressão disponível, com pressão de trabalho recomendada entre 25 e 80 kPa (quilopascais), vazão de operação na faixa de 5 a 13 m³/h (metros cúbicos por hora), alcançando altura de jato de 1 a 6 metros, dependendo da vazão, pressão e motobomba utilizada (recomendação de motobomba mínima de 1/3 CV para 01 bico - altura aproximada de 3 metros, conforme tabela técnica do fabricante), com instalação simplificada por rosqueamento direto em tubulação compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sol e Água, FTB, Hidrofer, ou equivalente.	  
10	BICO GEISER PARA FONTES ORNAMENTAIS, em aço inoxidável AISI 304, com conexão roscável BSP 1.1/2" (38 mm), dotado de orifícios inferiores para entrada de ar, produzindo efeito visual tipo "champagne" ou efervescente, devendo ser instalado com os furos de entrada de ar submersos para garantir a uniformidade do efeito, quanto mais baixo em relação ao nível da água, mais uniforme o efeito, aplicável em fontes	

	decorativas, chafarizes, lagos ornamentais e projetos paisagísticos, com garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: FTB, Hidrofer, ou equivalente.	
11	REFLETOR ARTICULADO 9W, corpo em aço inoxidável AISI 316L (alta resistência à corrosão, indicado para ambientes com cloro, salinidade e maresia), diâmetro aproximado de 72 mm, potência nominal de 9W, fluxo luminoso mínimo de 900 lúmens, tecnologia LED com emissão de luz colorida RGB (vermelho, verde e azul) com possibilidade de variação de cores, base articulada para ajuste de inclinação e foco, com grau de proteçãov IP68 (submersível contínuo), indicado para iluminação ornamental de fontes, chafarizes, lagos, espelhos d'água e áreas externas, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool, Luxlite, ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**	

12	REFLETOR 12W PARA PISCINA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 316L, corpo em aço inoxidável de alta resistência à corrosão, indicado para ambientes com cloro, salinidade e maresia, diâmetro de 150 mm, com tecnologia LED de 12W e 4 LEDs com emissão de luz colorida RGB (vermelho, verde e azul), com possibilidade de variação de cores, fluxo luminoso mínimo de 1200 lúmens, indicado para iluminação ornamental submersa em piscinas, fontes, lagos, espelhos d'água e áreas molhadas, com grau de proteção IP68 (submersível contínuo), vedação em borracha ou silicone para estanqueidade, com todos os acessórios de fixação, cabo elétrico com comprimento mínimo de 2 metros para conexão, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool, ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**	

13	CAIXA DE COMANDO RGB TOUCH, para controle de refletores LED RGB em piscinas e fontes ornamentais, com fonte de alimentação interna e controle remoto touch incluso, potência nominal de 30A, tensão de alimentação 220VAC (fixa), tensão de saída para refletores de 12VDC (corrente contínua), consumo em stand-by de 0,1W, com controle remoto touch sem fio (pilhas AAA inclusas), dotado das seguintes funções: liga/desliga (ON-OFF), seleção de 20 programas estáticos e dinâmicos, ajuste de intensidade de brilho, ajuste de velocidade de execução, com programas que incluem: branco estático, branco pulsante, mudança gradual de 7 cores, mudança gradual das cores RGB, salto entre 7 cores, salto entre cores RGB, salto entre vermelho e verde, salto entre vermelho e azul, salto entre verde e azul, branco em flash, branco em estrobo, vermelho em flash, vermelho em estrobo, verde em flash, verde em estrobo, azul em flash, azul em estrobo, amarelo em flash, amarelo em estrobo e todos os programas em loop automático, com sistema de sincronização entre controle e caixa por meio de procedimento de reset, compatível com refletores LED de 12VDC, com gabinete para montagem em quadro elétrico, garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**	 

3. DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 03 (três meses), contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração.

3.2. O contrato disciplinará de forma mais detalhada as condições aplicáveis à vigência da contratação, bem como às hipóteses de prorrogação, quando cabíveis.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade premente de modernizar os sistemas de comando elétrico, iluminação ornamental e efeitos hidráulicos da fonte luminosa da Praça Gaudêncio Rincón Segovia (Praça Central) – Pires do Rio – GO, uma vez que o Edital da Concorrência Eletrônica nº 03/2025 e sua respectiva planilha orçamentária sintética contemplam exclusivamente serviços de engenharia voltados à acessibilidade, pintura de piso, demolições e reparos estruturais na fonte, sem prever a aquisição dos materiais específicos indispensáveis à modernização e ao pleno funcionamento da fonte luminosa, tais como quadros de comando, disjuntores motores, contatores, relés térmicos e eletrônicos, refletores LED RGB submersíveis com grau de proteção IP68, caixas de comando touch, bicos multiatos e geiser, chaves seletoras e trilhos DIN, itens essenciais para conferir efeitos visuais dinâmicos, eficiência energética e controle automatizado ao principal cartão-postal do município.

4.2. Importante ressaltar que a fonte já conta com toda a infraestrutura elétrica e hidráulica instalada, incluindo três bombas de 3CV que se encontram em operação, porém necessitam de modernização em seus sistemas de comando e acionamento para maior eficiência e durabilidade, uma vez que a fonte integra o acervo histórico e paisagístico do município e passa por um processo de revitalização abrangente, que inclui a correção das patologias construtivas e dos danos estruturais ocorridos ao longo dos anos, como infiltrações, desgaste do revestimento cerâmico e deterioração dos sistemas elétricos, demandando, portanto, a substituição e atualização dos componentes de comando e dos materiais ornamentais para garantir a plena funcionalidade e a segurança do equipamento.

4.3. Considerando que a reforma da praça encontra-se em andamento e que a fonte luminosa demanda intervenções na parte elétrica e ornamental para sua efetiva

revitalização, a Administração Municipal optou pela estratégia mais vantajosa e economicamente viável: realizar a aquisição dos materiais por meio de processo licitatório específico, com a execução dos serviços de instalação, montagem e integração dos equipamentos sendo realizada diretamente pela equipe técnica própria da Prefeitura, composta por servidores e profissionais habilitados, eliminando-se a necessidade de contratação de mão de obra terceirizada para essa finalidade, o que reduz custos operacionais, garante maior celeridade na implantação e otimiza os recursos públicos, sem prejuízo da qualidade técnica e da segurança das instalações elétricas, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR IEC 61439-1, NBR 5410 e NBR 9050) e com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público que regem a Administração, assegurando à população um espaço público revitalizado, acessível, iluminado e ornamentalmente valorizado, com a fonte luminosa plenamente operacional e integrada ao conjunto paisagístico da praça central de Pires do Rio.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A fim de atender à necessidade de modernização dos sistemas de comando elétrico, iluminação ornamental e efeitos hidráulicos da fonte luminosa da Praça Gaudêncio Rincón Segovia, foram analisadas e avaliadas duas soluções viáveis, as quais são apresentadas a seguir, com seus respectivos impactos operacionais, econômicos e técnicos, de modo a subsidiar a decisão da Administração pela alternativa mais vantajosa ao interesse público.

5.2. **SOLUÇÃO 1:** A primeira alternativa consiste na celebração de termo aditivo ao contrato da obra em execução (Reforma e Adequação de Acessibilidade da Praça Gaudêncio Rincón Segovia), ampliando-se o objeto contratual para incluir a aquisição, o projeto executivo complementar e a instalação de todos os componentes elétricos e ornamentais necessários à conclusão dos serviços da fonte luminosa, de modo que a mesma empresa contratada para a reforma da praça fique responsável pela integralidade das intervenções, desde a elaboração dos projetos de detalhamento dos sistemas de comando, iluminação e hidráulica ornamental até o fornecimento e instalação dos equipamentos, assegurando-se a compatibilidade técnica entre as etapas executivas, a uniformidade estética do conjunto paisagístico e a garantia contratual unificada, além de otimizar o cronograma físico-financeiro da obra, uma vez que a

contratada já possui conhecimento das condições locais, da infraestrutura existente e das especificidades do projeto original.

5.3. SOLUÇÃO 2: A segunda alternativa consiste na aquisição exclusiva dos materiais de ornamentação, iluminação e comandos elétricos por meio de processo licitatório específico, com a execução dos serviços de instalação, montagem, integração e testes do sistema sendo realizada diretamente pela equipe técnica própria da Prefeitura Municipal de Pires do Rio, composta por servidores efetivos e profissionais habilitados das áreas de engenharia elétrica, eletrotécnica e manutenção predial, os quais possuem conhecimento da infraestrutura local e experiência em intervenções similares, de modo que a Administração aproveita a capacidade instalada de seu corpo funcional, reduz custos operacionais com mão de obra terceirizada, garante maior celeridade na implantação dos equipamentos, permite o acompanhamento direto da qualidade dos serviços e assegura a padronização das instalações, além de viabilizar a constituição de estoque de reserva com materiais sobressalentes para futuras manutenções preventivas e corretivas, tudo em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

5.4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA: Após análise comparativa das soluções apresentadas, a Administração Municipal optou pela Solução 2, qual seja, a aquisição exclusiva dos materiais por meio de processo licitatório específico, com execução dos serviços pela equipe técnica própria, por se mostrar mais vantajosa sob os aspectos econômico e operacional, uma vez que o Município já dispõe de equipe técnica multidisciplinar com conhecimento aprofundado da infraestrutura local e capacidade para executar os serviços com a mesma qualidade técnica que seria obtida por empresa terceirizada, porém com significativa redução de custos com mão de obra, despesas administrativas e tributos, além de conferir maior celeridade à implantação dos equipamentos, eliminar a dependência de mobilização de equipe externa, assegurar a disponibilidade imediata de peças de reposição por meio de estoque de reserva e evitar novos procedimentos licitatórios emergenciais, estando plenamente alinhada com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e continuidade dos serviços públicos.

6. JUSTIFICATIVA DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO

6.1. A composição do preço estimado para a presente contratação, no valor total de R$ 34.812,58 (trinta e quatro mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e oito centavos), foi estabelecida com base em orçamento específico elaborado para a aquisição dos materiais de ornamentação, iluminação e comandos elétricos, considerando-se as especificações técnicas detalhadas de cada item, conforme descrito na planilha orçamentária anexa.

6.2. O valor estimado foi obtido mediante pesquisa de mercado junto a fornecedores especializados nos segmentos de comandos elétricos, iluminação ornamental e equipamentos para fontes luminosas, adotando-se como referência marcas consolidadas e amplamente reconhecidas no setor, tais como WEG, Siemens, Schneider Electric, ABB, SIBRATEC, DIGI, EMA, Hipool, Luxlite, FTB e Sol e Água, cujos produtos atendem integralmente às exigências técnicas estabelecidas pelas normas ABNT NBR IEC 61439-1, NBR 5410, NBR IEC 60947-4-1, IEC 60947-5-1 e NBR IEC 60715, assegurando-se a interoperabilidade entre os componentes, a facilidade de instalação e a confiabilidade operacional do sistema.

6.3. Os custos unitários de cada item foram calculados com base nos preços praticados no mercado nacional, acrescidos dos tributos incidentes, e já contemplam o custo de transporte e entrega dos produtos no Município de Pires do Rio – GO, conforme estabelecido nas condições de fornecimento. Foram considerados, ainda, os quantitativos dimensionados com margem de segurança para atender eventuais perdas, avarias ou necessidade de reposição imediata, bem como parcela sobressalente para compor estoque de reserva para futuras manutenções preventivas e corretivas, assegurando a disponibilidade imediata de peças de reposição e prolongando a vida útil do sistema, sem necessidade de novos procedimentos licitatórios para aquisição emergencial.

6.4. Dessa forma, o preço estimado revela-se compatível com os valores praticados no mercado para materiais de mesma qualidade e especificações técnicas, garantindo-se a economicidade da contratação e a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de estimativa de preços com base em pesquisa de mercado para a contratação pública.

7. JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. As quantidades de materiais especificadas na planilha orçamentária foram dimensionadas com base nas necessidades reais da fonte luminosa da Praça Gaudêncio Rincón Segovia, considerando-se a infraestrutura elétrica e hidráulica já instalada no local, com três bombas de 3CV em operação, bem como a área total a ser iluminada e ornamentada, os pontos de comando existentes e as especificações técnicas dos equipamentos constantes do projeto de revitalização da fonte, garantindo-se, assim, o quantitativo suficiente para a completa modernização e pleno funcionamento do sistema ornamental e elétrico.

7.2. Os quantitativos estão previstos com margem de segurança para atender eventuais perdas, avarias ou necessidade de reposição imediata, sem comprometer o cronograma de execução dos serviços pela equipe técnica municipal. Destaca-se, ainda, que parte dos materiais adquiridos constituirá parcela sobressalente, destinada a compor estoque de reserva para futuras manutenções preventivas e corretivas da fonte luminosa, assegurando a disponibilidade imediata de peças de reposição e prolongando a vida útil do sistema, sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios para aquisição emergencial.

7.3. Ademais, as quantidades estabelecidas para cada item consideram a necessidade de substituição integral dos componentes elétricos e ornamentais existentes, que se encontram deteriorados ou obsoletos, bem como a compatibilidade entre os novos equipamentos e a infraestrutura já instalada, de modo a garantir a interoperabilidade do sistema e a segurança das instalações, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento que orientam a Administração Pública.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Sustentabilidade

8.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser observadas as diretrizes constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e demais normas ambientais aplicáveis.

8.1.2. Os materiais utilizados na execução dos serviços deverão possuir procedência regular, atender às normas técnicas aplicáveis e, sempre que possível, apresentar maior durabilidade e menor impacto ambiental.

8.1.3. A contratada deverá promover a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados durante a execução dos serviços, especialmente fragmentos de vidro e embalagens utilizadas no transporte dos materiais.

8.2. Marcas e modelos

8.2.1. As marcas eventualmente indicadas na descrição dos itens constituem mera referência de qualidade, padrão ou especificação técnica, sendo admitido o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2.2. Não serão aceitos materiais ou componentes que apresentem qualidade inferior, produtos recondicionados ou que não atendam às especificações técnicas mínimas estabelecidas.

8.2.3. O licitante melhor classificado, e provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentar prospecto dos itens ou catalogo técnico, para os itens:

8	Bico multijato fixo, fabricado em aço inoxidável AISI 304, com alta resistência à corrosão, ideal para uso contínuo em ambientes externos e submersos, aplicável em fontes ornamentais, chafarizes, lagos decorativos, espelhos d'água, praças, condomínios e projetos paisagísticos em geral, com conexão por rosca externa de 1.1/2" (BSP), dotado de 17 (dezessete) saídas de jatos fixos com diâmetro de 6 mm (seis milímetros) cada, capazes de formar um leque de água amplo e uniforme com cobertura aproximada de 2,5 metros de diâmetro, proporcionando efeito visual imponente e altamente decorativo, com pressão de trabalho suportada entre 40 e 140 kPa (quilopascais), vazão de operação entre 12 e 24 m^3/h (metros cúbicos por hora), alcançando altura de jato de 1,5 a 6 metros, dependendo da vazão, pressão e motobomba utilizada (recomendação mínima de 2 a 3 CV para 01 bico), com instalação simplificada por rosqueamento direto em tubulação compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sol e Água, FTB, Hidrofer, ou equivalente.
9	BICO MULTIJATOS ARTICULADO COM REGULADOR DE VAZÃO INTEGRADO, fabricado em liga de latão e bronze de alta durabilidade, com acabamento metálico sofisticado, apresentando elevada resistência à corrosão, às intempéries e ao uso contínuo em ambientes externos e submersos, aplicável em fontes ornamentais, chafarizes, lagos decorativos, espelhos d'água, praças, condomínios e projetos paisagísticos em geral, com conexão por rosca externa

	de 1.1/2" (BSP), dotado de 19 (dezenove) saídas individuais com diâmetro de 4 mm (quatro milímetros) cada, com possibilidade de direcionamento angular independente de cada jato, permitindo a criação de efeitos dinâmicos, simétricos e personalizados, acompanhado de sistema de regulagem contínua de vazão para ajuste fino da altura do jato conforme a pressão disponível, com pressão de trabalho recomendada entre 25 e 80 kPa (quilopascais), vazão de operação na faixa de 5 a 13 m³/h (metros cúbicos por hora), alcançando altura de jato de 1 a 6 metros, dependendo da vazão, pressão e motobomba utilizada (recomendação de motobomba mínima de 1/3 CV para 01 bico - altura aproximada de 3 metros, conforme tabela técnica do fabricante), com instalação simplificada por rosqueamento direto em tubulação compatível, garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Sol e Água, FTB, Hidrofer, ou equivalente.
10	BICO GEISER PARA FONTES ORNAMENTAIS, em aço inoxidável AISI 304, com conexão roscável BSP 1.1/2" (38 mm), dotado de orifícios inferiores para entrada de ar, produzindo efeito visual tipo "champagne" ou efervescente, devendo ser instalado com os furos de entrada de ar submersos para garantir a uniformidade do efeito, quanto mais baixo em relação ao nível da água, mais uniforme o efeito, aplicável em fontes decorativas, chafarizes, lagos ornamentais e projetos paisagísticos, com garantia mínima de 3 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: FTB, Hidrofer, ou equivalente.
11	REFLETOR ARTICULADO 9W, corpo em aço inoxidável AISI 316L (alta resistência à corrosão, indicado para ambientes com cloro, salinidade e maresia), diâmetro aproximado de 72 mm, potência nominal de 9W, fluxo luminoso mínimo de 900 lúmens, tecnologia LED com emissão de luz colorida RGB (vermelho, verde e azul) com possibilidade de variação de cores, base articulada para ajuste de inclinação e foco, com grau de proteçãov IP68 (submersível contínuo), indicado para iluminação ornamental de fontes, chafarizes, lagos, espelhos d'água e áreas externas, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool, Luxlite, ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**
12	REFLETOR 12W PARA PISCINA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 316L, corpo em aço inoxidável de alta resistência à corrosão, indicado para ambientes com cloro, salinidade e maresia, diâmetro de 150 mm, com tecnologia LED de 12W e 4 LEDs com emissão de luz colorida RGB (vermelho, verde e azul), com possibilidade de variação de cores, fluxo luminoso mínimo de 1200 lúmens, indicado para iluminação ornamental submersa em piscinas, fontes, lagos, espelhos d'água e áreas molhadas, com grau de proteção IP68 (submersível contínuo), vedação em borracha ou silicone para estanqueidade, com todos os

	acessórios de fixação, cabo elétrico com comprimento mínimo de 2 metros para conexão, com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool, ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**
13	CAIXA DE COMANDO RGB TOUCH, para controle de refletores LED RGB em piscinas e fontes ornamentais, com fonte de alimentação interna e controle remoto touch incluso, potência nominal de 30A, tensão de alimentação 220VAC (fixa), tensão de saída para refletores de 12VDC (corrente contínua), consumo em stand-by de 0,1W, com controle remoto touch sem fio (pilhas AAA inclusas), dotado das seguintes funções: liga/desliga (ON-OFF), seleção de 20 programas estáticos e dinâmicos, ajuste de intensidade de brilho, ajuste de velocidade de execução, com programas que incluem: branco estático, branco pulsante, mudança gradual de 7 cores, mudança gradual das cores RGB, salto entre 7 cores, salto entre cores RGB, salto entre vermelho e verde, salto entre vermelho e azul, salto entre verde e azul, branco em flash, branco em estrobo, vermelho em flash, vermelho em estrobo, verde em flash, verde em estrobo, azul em flash, azul em estrobo, amarelo em flash, amarelo em estrobo e todos os programas em loop automático, com sistema de sincronização entre controle e caixa por meio de procedimento de reset, compatível com refletores LED de 12VDC, com gabinete para montagem em quadro elétrico, garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Hipool ou equivalente. **ATENÇÃO: OS REFLETORES DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE COMPATÍVEIS COM O QUADRO DE COMANDO, POIS A COMPATIBILIDADE ENTRE ELES É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A PERFEITA SINCRONIA, EVITANDO FALHAS DE COMUNICAÇÃO E GARANTINDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA.**

8.3. Subcontratação

8.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, devendo a contratada responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços e pelo fornecimento dos materiais necessários.

8.3.2. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, quando cabível.

8.4. Garantia

8.4.1. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de materiais com execução dos serviços pela equipe técnica própria do Município, com baixo risco contratual.

8.4.2. Os materiais adquiridos deverão possuir garantia quanto à qualidade, durabilidade e funcionamento, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e das especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, com prazo mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação para todos os itens, conforme estabelecido na planilha orçamentária anexa, cabendo ao fornecedor a substituição ou reparo dos produtos que apresentarem vícios ou defeitos no prazo de garantia, sem ônus adicional para a Administração.

8.4.3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.4.3.1. **CONDIÇÕES DE ENTREGA**

8.4.3.1.1. A empresa contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para efetuar a entrega dos itens, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, considerando-se a necessidade de compatibilizar o prazo com o planejamento da Administração para a execução dos serviços pela equipe técnica municipal, bem como assegurar a ampla participação de fornecedores no certame.

8.4.3.1.2. Os itens deverão ser entregues na Garagem Municipal de Pires do Rio – GO, localizada na Rua Manoel Cavalcante - Vila Militar, Pires do Rio – GO, CEP: 75200-000, sendo o responsável pelo recebimento o servidor designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras.

8.4.3.1.3. O endereço acima disposto poderá ser alterado sem qualquer ônus à contratante, mediante comunicação prévia à contratada.

8.4.3.1.4. Os bens serão recebidos apenas no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, no endereço acima apontado, devendo a contratada programar sua logística de entrega dentro do referido intervalo, sob pena de não recebimento.

8.4.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4.3.3. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

8.4.3.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), com prazo mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação para todos os itens, conforme estabelecido na planilha orçamentária anexa, cabendo ao fornecedor a substituição ou reparo dos produtos que apresentarem vícios ou defeitos no prazo de garantia, sem ônus adicional para a Administração.

9. GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão irá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.8.2. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.9.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.10. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato e atuar como responsável pela comunicação entre a empresa e o órgão contratante durante a execução dos serviços.

9.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

10.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.2.1. não produzir os resultados acordados,

10.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.3. Recebimento do serviço

10.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

10.3.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

10.3.3. Os fiscais técnico e administrativo do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

10.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.3.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.3.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório

10.3.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.3.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.3.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.3.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

10.3.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.3.14. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

10.3.15. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.3.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.3.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.3.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.3.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.4. Liquidação

10.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.4.3. o prazo de validade;

10.4.4. a data da emissão;

10.4.5. os dados do contrato e do órgão contratante;

10.4.6. o período respectivo de execução do contrato;

10.4.7. o valor a pagar; e

10.4.8. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.4.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.4.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4.11. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação; identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.4.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.4.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.4.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.4.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.5. Prazo para pagamento

10.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

10.5.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

10.6. Forma de pagamento

10.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Julgamento da proposta

11.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

11.3. Habilitação Jurídica

11.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.3.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.3.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

11.3.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

11.3.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.5. Qualificação Técnica

11.5.1. O fornecedor deverá comprovar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica,

emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços similares.

11.6. Qualificação Econômico-Financeira

11.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

11.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

11.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

11.6.4. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.6.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

11.6.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.6.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.452.2011.2466.3.3.90.30.00 – Ficha:146 – Fonte:100

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

13.2. Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e locais indicados neste Termo de Referência e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal para fins de pagamento.

13.3. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.

13.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, bem como por quaisquer despesas relacionadas à equipe de trabalho utilizada.

13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços e dos materiais empregados, nos termos dos arts. 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13.6. O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da Administração, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços executados com defeitos, vícios ou irregularidades.

13.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração inerentes à execução do objeto do contrato.

13.8. Realizar medição prévia no local indicado pela Administração antes da execução dos serviços, responsabilizando-se pela adequação dimensional dos materiais a serem instalados.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A Contratante obriga-se a:

14.2. Receber provisoriamente o serviço;

14.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

14.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou do último reajuste, aplicando-se o índice INPC.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. A CONTRATADA deverá apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços sempre que este ocorrer.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante termo aditivo.

15.8. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

15.9. Durante a vigência do contrato, caso ocorra fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis que cause desequilíbrio econômico-financeiro, a contratada poderá pleitear o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.10. A recomposição de preços com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da contratada, devidamente fundamentado e acompanhado de documentação que comprove a ocorrência do fato que tenha provocado a alteração dos custos originalmente pactuados.

15.11. O contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.12. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto deste contrato até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

17.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras,

inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

18. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 9.366/2025.

Pires do Rio, 07 de agosto de 2026.

_____

ADÃO JÚLIO DE SOUZA

Secretário Municipal de Infraestrutura

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

Sessão pública: ----/----/20**, às ----h----min (----) horas.

Local: *** **órgão licitante**

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:		**CIDADE:**				
CEP:		**E-MAIL:**				
TELEFONE:		**CELULAR:**				
CONTATO DA LICITANTE:		**TELEFONE:**				
BANCO DA LICITANTE:		**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**				
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**QUANT.**	**UNIDADE**	**VALOR**	**VALOR**

					UNITÁRIO R$	**TOTAL R$**
TOTAL POR EXTENSO:						

A empresa acima identificada declara que:

1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência do edital desse processo.

4 Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

LOCAL E DATA

_____

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006 (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ***

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ***

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (ltda, s.a, etc.), endereço completo, inscrita no cnpj sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no cpf sob o nº [xxxx], **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, ou como microempresário individual, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da lei nº 14.133/2021.

Declaro, para fins da lc 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) Microempresa – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

( ) Empresa de pequeno porte – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores , estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

( ) Microempreendedor individual

( ) Sociedade cooperativa mencionada no artigo 16 da lei 14.133, de 2021.

Observações:

- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como me ou epp, nos termos da lc nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

ANEXO IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº *

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº *

A .....(razão social da empresa), CNPJ nº....., localizada à ....., por seu representante legal, o Sr (a) ....., inscrito no CPF..... e RG ....., residente e domiciliado à ....., em conformidade com a lei nº 14.133/2021, DECLARA:

1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, sendo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

5. Que a proposta foi elaborada de forma independente conforme abaixo:

5.1. A proposta apresentada para participar do presente certame foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

5.2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do presente certame não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

5.3. que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da referida licitação;

5.4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar do certame não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

5.5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar do certame não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante, antes da abertura oficial das propostas; e

5.6. que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

8. Não ter recebido do município de Pires do Rio – GO, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

....., ... DE ..... DE 20***.

_____

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/_____

O _____, com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais de ornamentação, iluminação e comandos elétricos, destinados à manutenção e modernização da fonte luminosa da Praça Gaudêncio Rincón Segovia (Praça Central) – Pires do Rio – GO, conforme especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4. O Termo de Referência;

1.5. O Edital de licitação;

1.6. A Proposta do contratado;

1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.8. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

1.9. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.10. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado para a contratação, ocorrido em _____.

6.1.2. Após o interregno de um ano, e mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCP exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.1.9. Durante a vigência do contrato, caso ocorra algum fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, que causem o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, a contratada poderá pleitear o reequilíbrio do contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

7.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.8. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado 5) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;

8.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

8.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

8.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

8.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou agente público que desempenhe função na licitação ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme disposto no Decreto nº 9366/2025.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

10.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.8.3. Indenizações e multas.

10.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

11.1.1. Gestão/Unidade:

11.1.2. Fonte de Recursos:

11.1.3. Programa de Trabalho:

11.1.4. Elemento de Despesa:

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de Pires do Rio/GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Local e data

Contratante

Contratado

Testemunhas

1-

2-